

NOTA DE REPÚDIO AO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN¹

NOTA REDIGIDA E ASSINADA PELOS DOUTORES E MESTRES SURDOS DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E LINGÜÍSTICA DE SURDOS

Nós, Doutores Surdos, Doutoradas Surdas, Mestres Surdos e Surdas, somos professores e professoras atuantes na área de Educação de Surdos, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, em cursos de Letras: Libras, Pedagogia Bilíngue, em disciplinas de Libras em cursos de Linguística, Tradução e Interpretação de Libras-Português, assim como em outras áreas afins de diversas Instituições de Ensino Superior, da Educação Básica, em esferas públicas e privadas. Somos uma minoria linguística que sempre batalhou por melhor qualidade para a educação de nossos pares surdos, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Nós sabemos o que significa e como fazer para que haja um ensino com melhor qualidade para as nossas comunidades surdas.

Repudiamos a Nota do ANDES-SN, noticiada no dia 24 de agosto de 2021, que acusa a Lei nº 14.191/2021 de segregadora². Trata-se de uma afirmação sem nenhum tipo de empatia e sem nenhuma consulta a comunidades surdas. A ANDES-SN não tem legitimidade de representação e nem lugar de fala para dizer o que é melhor para a nossa educação, para a educação dos Surdos brasileiros. Seria adequado que ANDES-SN se retratasse publicamente acerca do que disse a respeito da Lei nº 14.191/2021, que altera a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo uma modalidade escolar de Educação Bilíngue de Surdos, a qual rompe e desvincula a educação de surdos da Educação Especial. Essa lei foi aprovada por unanimidade pelo Senado e por 95% dos deputados da Câmara dos Deputados. Essa lei é fruto da luta de muitos anos das Comunidades Surdas, do Movimento Surdo Bilíngue, do reconhecimento do Congresso Nacional da legitimidade da luta, assim como da empatia dos parlamentares à demanda dos surdos.

Nós, SURDOS E SURDAS, protagonizamos e batalhamos pela legislação vigente. Somos de COMUNIDADES LINGÜÍSTICAS e somos contra a segregação. O que defendemos não é segregação, como o ANDES-SN menciona, mas uma educação de qualidade entre nossos pares.

¹ O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é um sindicato brasileiro, com sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representa professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. O ANDES-SN é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). Foi fundado em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP), como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN). Acessado em 31/08/2021 - <https://www.andes.org.br/sites/historia>

² NOTA DO ANDES-SN: “[...] Além do decreto, outra questão que será abordada nas audiências é a Lei nº 14.191/2021, aprovada esse ano no Congresso Nacional, e que prevê a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de educação separada do restante, com a organização e o financiamento, com recursos da União, de classes, escolas e centros exclusivos a estudantes surdos, não reconhecendo os benefícios e a potência da educação bilíngue na escola comum. Movimentos de mães e pais de crianças e adolescentes com deficiência e entidades que lutam pela inclusão na educação afirmam que tanto o Decreto 10.502/20 como a Lei 14.191/21 são retrocessos graves, pois legitimam a lógica de segregação, que por décadas manteve pessoas com deficiência à margem da sociedade. Além disso, representam uma violação de direitos humanos ao se basear em uma concepção discriminatória, que responsabiliza a pessoa com deficiência pelas dificuldades na inclusão escolar, desresponsabilizando as estruturas e políticas do Estado.” Acessado em 31/08/2021 <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/manifestantes-protestam-no-STF-em-defesa-da-educacao-inclusiva-e-pela-revogacao-do-decreto-10-5021>

Não somos e não aceitamos ser objetos da educação especial; não seremos objetos controlados pela sociedade opressora audista, que quer fazer de nós objetos patológicos.

Somos SUJEITOS DA NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA, COM IDENTIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL DA COMUNIDADE SURDA, conforme emana a **CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – ONU**, promulgada como Emenda Constitucional pelo Decreto nº 6.949/2009, em cujo Artigo 24 obriga o Estado Brasileiro a prover: i. *facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística das comunidades surdas*; ii. *garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social*.

Essas garantias são reforçadas no artigo 30, que declara que *“As pessoas com deficiência farão jus, em base de igualdade com as demais pessoas, a terem reconhecida e apoiada sua identidade cultural e linguística específica, inclusive as línguas de sinais e a cultura surda”*.

A **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS – UNESCO**, de 1996, também assegura o direito de manutenção e desenvolvimento de cultura própria, assim como o direito ao ensino na própria língua e na própria cultura, como explicitado no artigo 3, que afirma: *“O ensino deve estar sempre ao serviço da diversidade linguística e cultural, e das relações harmoniosas entre as diferentes comunidades linguísticas do mundo inteiro”*. Essa afirmação é reforçada no artigo 24: *“Todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos”*.

A **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, de 1994, por sua vez, explicita em seu item 19. *“Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da língua de sinais como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de sinais. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdocegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais (escolas bilíngues) ou classes especiais (classes bilíngues) e unidades em escolas regulares.”*

Finalmente, a **LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO**, Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 28: *“Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: a [...] IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas”*.

NÓS, SURDOS E SURDAS, com formação e titulação de DOUTORADO E MESTRADO EM EDUCAÇÃO E LINGUÍSTICA DE SURDOS, com amplas pesquisas e formação em diferentes áreas no que concerne à Educação Bilíngue de Surdos, entre elas Estudos Surdos e de Língua de Sinais, Estudos de Tradução e Interpretação, Políticas Públicas, Política Linguística e Educacional de Surdos. Somos a CIÊNCIA. Temos o nosso lugar de fala. Não somos segregadores como vários membros do ANDES-SN têm disseminado. Portanto, pedimos e reiteramos que o ANDES-SN, com seu histórico de lutas em defesa dos docentes de ensino superior, em defesa de movimentos sociais e de grupos minoritários oprimidos, que reconheça publicamente que a Lei 14.191/2021 não é SEGREGADORA e respeita as COMUNIDADES SURDAS LINGUÍSTICAS, assim como o protagonismo do Movimento (Surdo) em defesa da Educação Bilíngue de Surdos.

Enfim, temos legitimidade para nos posicionar sobre a forma e a educação que melhor atenderá as próximas gerações de crianças surdas, pois quando fomos crianças surdas passamos por muitos melindres e obstáculos, enfrentando várias barreiras. Queremos que próximas gerações de crianças surdas sejam mais felizes do que fomos. Nosso histórico educacional nos garante

competência técnica e acadêmica, que agrega estudos e pesquisas no campo educacional e linguístico voltado aos surdos.

Não foi em vão que a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, também conhecida como Convenção da ONU**, assinada em Nova York, no ano de 2007 e promulgada como emenda constitucional pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 em seu artigo 3 ressaltou que: *“Na elaboração e implementação de legislação e políticas para aplicar a presente Convenção e em outros processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência, os Estados Partes realizarão consultas estreitas e envolverão ativamente pessoas com deficiência, inclusive crianças com deficiência, por intermédio de suas organizações representativas.”*

Portanto, nós reconhecemos a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS – como nossa máxima entidade representativa para atender a nossas demandas em frente às várias instâncias do poder legislativo, executivo e judiciário, caso do Congresso Nacional, do STF, do MEC. Enfim, a Feneis defende em todos espaços e tempos possíveis a Educação Bilíngue de Surdos, como bem disse a Diretora de Política Educacional e Linguística desta nossa entidade máxima no STF, no último dia 24 de agosto, Profa. Dra. Flaviane Reis, que a Educação Bilíngue de Surdos não é SEGREGAÇÃO e sim DIREITO LINGUÍSTICO!

Enfim, anexamos a esta NOTA DE REPÚDIO, a carta da Federação Mundial dos Surdos (WFD – World Federation of the Deaf), que é nossa entidade representativa junto à ONU. Essa carta explica a perspectiva que as comunidades surdas têm para a educação inclusiva no âmbito da Educação Bilíngue de Surdos. Recomendamos uma leitura atenta! Tenham mais empatia com as Comunidades Surdas Brasileiras! Sem ofensas e sem desrespeito!!!! Não somos COMUNIDADES SEGREGADORAS, SOMOS COMUNIDADES LINGUÍSTICAS e DEFENDEMOS a INCLUSÃO, sim!

Nos termos empregados pela WFD: *“as escolas para surdos devem ser inclusivas para todos os alunos. Inclusiva significa verdadeiramente inclusiva para todos os alunos surdos. Estas escolas também devem ser completamente inclusivas para os alunos surdos com outras deficiências. As crianças surdas com deficiências cognitivas e físicas (incluindo crianças surdas com espectro do autismo, crianças surdas com déficits de mobilidade etc.) e as crianças surdocegas ou surdas de baixa visão têm, todas elas, os mesmos direitos de acesso a escolas inclusivas em língua de sinais. A educação dos surdos deve ir além de um modelo de educação especial. O Brasil deve assegurar que todos os ambientes de aprendizagem para crianças surdas satisfaçam estes critérios. A WFD apela para que o Brasil se comprometa plenamente com a sua obrigação de garantir uma educação bilíngue em língua de sinais em um ambiente inclusivo de qualidade para todos os alunos surdos”.*

Sem mais para o momento, esperamos que, pelo respeito à diversidade, o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES-SN venha a retratação pública dessa fala audista e de um grupo que não tem o direito de falar daquilo que não conhece e de um público do qual não entende e não faz parte.

BRASIL, 01 DE SETEMBRO DE 2021.

ASSINAM DOUTORES, DOUTORAS, MESTRES SURDOS E SURDAS:

[55 DOUTORES SURDOS E DOUTORAS SURDAS]

1. Adriano de Oliveira Gianotto - Doutor em Desenvolvimento Social - Professor UFMS
2. Ana Luiza Paganelli Caldas - Doutora em Educação - Professora UFRGS
3. Ana Regina e Souza Campello - Doutora em Educação - Professora INES

4. Andre Reichert – Doutor em Linguística Aplicada– Professor UFSC
5. Armando Guimarães Nembri - Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - Pesquisador de Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão FIOCRUZ - Professor UFRJ.
6. Betty Lopes L’Astorina de Andrade – Doutora em Estudos de Tradução – Professora UFRJ
7. Bianca Ribeiro Pontim - Doutora em Educação - Professora UFRGS
8. Camila Guedes Guerra – Doutora em Educação – Professora UFRGS
9. Carla Damasceno de Moraes – Doutora em Linguística - Professora aposentada IFSC
10. Carilissa Dall’Alba - Doutora em Linguística - Professora UFSM
11. Carolina Cormelato Sperb – Doutora em Educação - Professora IFRS
12. Carolina Hessel Silveira – Doutora em Educação – Professora UFRGS
13. Carolina Ferreira Pêgo - Doutora em Linguística - Professora UFSC
14. Carolina Silva Resende da Nóbrega – Doutora em Letras – Professora UFPB
15. Charley Pereira Soares – Doutor em Linguística – Professor UFV
16. Cláudio Henrique Nunes Mourão – Doutor em Educação – Professor UFRGS
17. Daniela Prometi - Doutora em Linguística - Professora UnB
18. Daniele Miki Fujikawa Bózoli – Doutora em Linguística – Professora UTFPR
19. Débora Campos Wanderley – Doutora em Linguística – Professora UFSC
20. Deonísio Schmitt – Doutor em Linguística – Professor UFSC
21. Emiliania Faria Rosa. Doutora em Linguística - Professora UFRGS
22. Fabiano Souto Rosa - Doutor em Educação - Professor UFPel
23. Fabio L. B. Maia Nogueira - Doutor em Administração de Empresas – Administrador UFC
24. Fernanda de Araújo Machado – Doutora em Estudos de Tradução – Professora UFSC
25. Flaviane Reis - Doutora em Educação - Professora UFU
26. Francielle Cantarelli Martins - Doutora em Linguística - Professora UFPel
27. Geisieleen Santana Valsechi – Doutora em Educação – Professora Colégio de Aplicação/UFSC
28. Gisele Maciel Monteiro Rangel - Doutora em Educação - Professora IFRS
29. Gladis Perlin – Doutora em Educação – Professora aposentada UFSC
30. Gláucio Castro Júnior - Doutor em Linguística - Professor UnB
31. Hely César Ferreira - Doutor em Linguística – Professor UFTM.
32. Janaína Pereira Claudio - Doutora em Ciências da Comunicação – Professora PUC-RS
33. Karin Strobel - Doutora em Educação - Professora UFSC
34. Kátia Lucy Pinheiro – Doutora em Estudos de Tradução – Professora UFC
35. Larissa Silva Rebouças - Doutora em Educação - Professora UFS
36. Luiz Antônio Zancanaro Junior – Doutor em Linguística - Professor FURB
37. Marcelo Amorim – Doutor em Ciência da Computação – Professor UFRGS
38. Márcio Hollosi – Doutor em Ciências da Educação – Professor UNIFESP
39. Marcio Machado Rodrigues - Doutor em Ciências da Educação - Professor UNIFOR
40. Marco Di Franco – Doutor em Educação Física - Professor FURG
41. Mariana de Lima Isaac Leandro Campos – Doutora em Educação Especial – Professora UFSCAR
42. Marianne Rossi Stumpf – Doutora em Informática de Educação – Professora UFSC
43. Marisa Dias Lima - Doutora em Educação - Professora UFU
44. Messias Ramos Costa - Doutor em Linguística - Professor UnB
45. Nayara de A. Adriano – Doutora em Letras – Professora UFPB
46. Nelson Pimenta – Doutor em Estudos de Tradução – Professor INES
47. Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione – Doutora em Educação – Professora INES
48. Renata Heinzemann – Doutora em Educação – Professora IFRS
49. Rimar Ramalho Segala - Doutor em Linguística - Professor UFScar
50. Rodrigo Custódio da Silva – Doutor em Linguística – Professor UFSC

51. Rodrigo Rosso - Doutor em Educação - Diretor de Ensino Superior do INES
52. Simone Gonçalves de Lima Silva – Doutora em Linguística – Professora IFSC
53. Silvia Andreis-Witkoski - Doutora em Educação - Professora UTFPR
54. Thaís Fleury Avelar - Doutora em Estudos da Tradução - Professora UFG
55. Wilson de Oliveira Miranda – Doutor em Educação – Professor UFSM

[175 MESTRES SURDOS E SURDAS]

1. Afonso da Luz Loss - Mestre em Estudos da Tradução – Professor do IFC.
2. Alex Curione de Barros - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professor do Colégio Pedro II.
3. Alex Silva Alves - Mestre em Linguística - Professor de Libras do IFB.

4. Alicyary Moreira Queiroz - Mestre em Educação - Professora de Libras.
5. Aline Brancalione - Mestre em Letras - Professor da UTFPR.
6. Amon Evangelista dos Anjos Paiva - Mestre em Educação – Professor da UFRN.
7. Ana Claudia Fagundes Antunes - Mestre em Tecnologia Digital na Educação - Professora da UNIPAMPA - Campus Itaqui.
8. Ana Paula Gomes Lara - Mestre em Educação - Professora da UNIPAMPA - Campus Alegrete.
9. Anderson Luchese - Mestre em Educação - Professor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - Unochapecó.
10. Andrea Carolina Bernal Mazacotte - Mestre em Ensino - Professora da UNIOESTE.
11. André Daniel Paixão - Mestre em Letras – Professor da UNIPAMPA - Campus Bagé.
12. Anne Karine Silva de Goes - Mestre em Linguística - Professora do IRES.
13. Aparecida Rocha Rossi – Mestre em Educação - Professora da UFU.
14. Bruna da Silva Branco - Mestre em Educação - Professora
15. Bruna Fagundes Antunes Alberton - Mestre em Educação - Professora da UFRGS.
16. Bruno Ferreira Abrahão - Mestre em Ciência da Literatura- Professor da UFRJ.
17. Bruno Pierin Ernsen - Mestre em Educação - Professor da UFBA.
18. Bruno Ramos - Mestre em Estudos da Tradução - Professor da UFF.
19. Carine Mendes Garbin Diesel - Mestre em Letras - Professora da Universidade FEEVALE.
20. Carla Beatriz Medeiros Klein - Mestre em Linguística Aplicada - Professora da UFRGS.
21. Carlos Magno Leonel Terrazas – Mestre em Estudos da Tradução - Professor do IFMS.
22. Carlos Roberto Martins - Mestre em Educação - Professor do UNISINOS.
23. Cássia Lobato Marins - Mestre em Educação - Professora da UFRGS.
24. Charles Lary Marques Ferraz - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professor da UFRB.
25. Charllés Giovany Faqueti - Mestre em Estudos de Tradução na UFSC - Professor
26. Cíntia Caldeira da Silva - Mestre em Linguística - Professora de Libras.
27. Clarissa Fernandes das Dores - Mestre em Educação – Professora do IFMG.
28. Cláudia de Arruda Sarturi - Mestre em Educação - Professora de Libras.
29. Cleusa Camargo de Oliveira – Mestre em Educação - Professora da UEL.
30. Cristiane Ramos Müller - Mestre em Educação - Professora da UNISC e UC.
31. Cristiane Siqueira Pereira - Mestre em Estudos da Tradução - Professora do IFG.
32. Cristiano Pereira Vaz – Mestre em Educação – Professor da UFRGS.
33. Cristiano Silva Ribeiro - Mestre em Educação – Professor da UFU.
34. Cristiano Pimentel Cruz - Mestre em Letras - Professor da UFT.
35. Daiane Ferreira- Doutoranda em Letras - Professor da UFPR.
36. Daltro Roque Carvalho da Silva Júnior - Mestre em Linguística - Professor da UFPR.
37. Daniel Almeida de Lima - Mestre em Estudos da Tradução - Professor
38. Daniel Junqueira Carvalho - Mestre em Educação - Professor da UFES - Campus São Mateus.
39. Daniela Cury - Mestre em Educação – Professor da UNISA e UFSCAR.
40. Daniele Caroline Gonçalves Lima - Mestre em Estudos da Linguagem - Professora da UFRN.
41. Daniele Silva Rocha - Mestre em Educação - Professora da UFSCar.
42. Danilo da Silva - Mestre em Educação – Professor da UFPR.
43. Débora Gonçalves Ribeiro Dias - Mestre em Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação - Professora da UTFPR.
44. Douglas Komar Silva - Mestre em Educação - Professor da UNIFAP.
45. Elaine Aparecida de Oliveira da Silva – Mestre em Estudos de Tradução – Professora da UFMS

46. Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto - Mestre em Estudos Linguísticos - Professora da UFGD.
47. Eliane Telles de Bruim Vieira - Mestre em Educação - Professora de História SEDU e PMV.
48. Elias Paulino da Cunha Junior - Mestre em Educação - Professor da UNIFESP.
49. Elomena Barboza de Almeida – Mestre em Educação – Professora de Libras.
50. Erick Rommel Hipólito de Souza - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professor do INES.
51. Erika Vanessa de Lima Silva - Mestre em Educação - Professora da UFRGS.
52. Evelin Seluchiniak Nunes - Mestre em Estudos da Linguagem - Professora
53. Ezequiel Adney Lima da Paixão - Mestre em Educação – Professor da UFRN.
54. Fábio Tadeu Cabral Stoller - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professor da UFAM.
55. Fabíola de Vasconcelos Saudan - Mestre em Diversidade e Inclusão - Tradutora do INES.
56. Fabíola Moraes Barbosa - Mestre em Ensino - Professora da UFRB.
57. Falk Soares Ramos Moreira - Mestre em Educação – Professor do IFB.
58. Fernanda Grazielle Aparecida Soares de Castro - Mestre em Educação - Professora da UFRJ.
59. Fernanda Martins de Brito - Mestre em Educação - Professora da UFGD.
60. Francilene Machado de Almeida - Mestre em Linguística - Professora da UnB.
61. Francinei Rocha Costa – Mestre em Linguística - Professor do IFRS.
62. Francisco de Acaci Viana Neto - Mestre em Educação - Professor da Faculdade Nova Esperança de Mossoró.
63. Francisco Martins Lopes Terceiro – Mestre em Educação - Professor de Libras.
64. Gabriela Otaviani Barbosa - Mestre em Linguística - Professora da UFT.
65. Gésica Suellen Sobrinho Costa - Mestre em Linguística - Professora da UFT.
66. Geysel Araujo Ferreira - Mestre em Linguística - Professora da UFTM.
67. Gilmar Garcia Marcelino - Mestre em Estudos de tradução – Professor da UFG.
68. Gislaine Felisberto de Caldas Aguiar - Mestre em Linguagem e Ensino - Professora da UFCG.
69. Gisele Pereira Gama Garcia - Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade - Professora da UFCA.
70. Guilherme Nichols - Mestre em Educação - Professor da UFSCar.
71. Guiomar da Silva Ferreira da Cunha Alves - Mestre em Linguística - Professora do IFB.
72. Hamilton Pereira Rodrigues- Mestre em Sociedade Cultura da Amazônia - Professor da UFAM.
73. Helenne Schroeder Sanderson - Mestre em Educação - Professora da UERGS.
74. Hellen Caldas Alves - Mestre em Estudo de Tradução - Professora da UniProjecao.
75. Heloíse Gripp Diniz - Mestre em Linguística - Professora da UFRJ.
76. Indira Simionatto Stedile Assis Moura - Mestre em Letras – Professora da UNIR.
77. Isaack Saymon Alves Feitoza Silva - Mestre em Estudos da Tradução - Professor da UFRN.
78. Ivan Diesel - Mestre em Computação Aplicada – Professor convidado de UNINTESE E LASALLE.
79. Ivana Gomes da Silva - Mestre em Tecnologia em Educação - Professora da UFPel.
80. Ivonne Azevedo Makhoul - Mestre em Estudos de Tradução - Professora do IFMG - Campus Ouro Branco.
81. Jackson da Silva Vale - Mestre em Ensino de Ciências na Amazônia - Professor da UEA.
82. Jaqueline Boldo - Mestre em Educação - Professora da UFSC.
83. Jean Michel Carrett Farias - Mestre em Educação - Servidor do IFSul .
84. Jeanie Liza Marques Ferraz de Macedo - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professora da UFRRJ.
85. Jerlan Pereira Batista - Mestre em Linguística - Professor da UFSC.
86. João Batista Alves de Oliveira Filho - Mestre em Letras - Professor da UFCA.
87. João Paulo Ampessan – Mestre em Linguística - Professor da UFSC.
88. João Paulo Romero Miranda - Mestre em Linguística - Professor de do CPAN/UFMS.
89. Joaquim Amado da Silva Júnior – Mestre em Diversidade e Inclusão - Professor
90. José Carlos de Oliveira Mestre em Linguística - Professor da UFU.
91. José Ishac Brandão El Kouri - Mestre em Letras - Professor da UFT.
92. José Sinésio Torres Gonçalves Filho - Mestre em Educação – Professor da UFRA.
93. José Tiago Ferreira Belo - Mestre em Educação - Professor da UFCG.
94. Juliana Tasca Lohn - Mestre em Educação - Professora da UFSC.
95. Kátiuscia Wagner - Mestre em Ensino - Professora da UNIOESTE.
96. Keli Krause - Mestre em Ciências Sociais - Professora da UNIPAMPA - Campus São Borja.
97. Kleyver Tavares Duarte - Mestre em Educação - Professor da UFU.
98. Lígio Josias Gomes de Sousa - Mestre em Letras - Professor da UFPB.
99. Lindilene Maria de Oliveira - Mestre em Linguística - Professora da UFPE.
100. Loise Soares de Azevedos - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professora da UFRJ.

101. Luana Marquezi - Mestre em Estudos de Tradução - Professora da UTFPR.
102. Lucas Floriano de Oliveira - Mestre em Estudos da Linguagem – Professor da UFU.
103. Lucas Sacramento Resende - Mestre em Estudos da Tradução - Professor da UFOB.
104. Luciana Dantas Ruiz - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professora da UFRJ.
105. Luciane Cruz Silveira - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professora do INES.
106. Luciane Rangel Rodrigues - Mestre de Diversidade e Inclusão – Professora da UFRRJ.
107. Lucio Cruz Silveira Amorim - Mestre em Educação - Professor da UFU.
108. Lucio Lugao de Macedo - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professor da UFRRJ
109. Luiz André Brito Coelho - Mestre em Educação de Ciências e Tecnologia - Professor da UTFPR.
110. Luiz Carlos dos Santos Souza - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professor do INES.
111. Lygia Portilho Neves - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professora de Libras.
112. Magno Prado Gama Prates - Mestre em Letras - Professor da UNIR.
113. Maísa Conceição Silva - Mestre em Estudos da Tradução – Professora do IFG.
114. Márcia Dias Lima - Mestre em Educação - Professora da UFU.
115. Márcio Aurélio Friedrich - Mestre em Letras – Professor da UNIPAMPA - Campus Jaguarão.
116. Marcos de Moraes Santos - Mestre em Linguística – Professor da UNIVASF.
117. Marcus Weydson Pinheiro - Mestre em Estudos da Tradução – Professor da UFC.
118. Mardonio dos Santos Aguiar de Oliveira - Mestre em Educação – Professor da UFCA.
119. Maria de Fátima Félix Nascimento - Mestre em Linguística - Professora de Libras.
120. Maria Inez Maia Souza - Mestre em Letras - Professora da UFT.
121. Mariane Linhares da Silva - Mestre em Educação – Professora da UFERSA.
122. Michelle Andrea Murta – Mestre em Linguística e Língua Portuguesa - Professora da UFMG.
123. Miriam Royer - Mestre em Linguística - Professora de Libras.
124. Mônica Astuto Lopes Martins - Mestre em Educação - Professora do ISERJ e da SME-Rio.
125. Myrna Salerno Monteiro – Mestre em Linguística – Professora da UFRJ.
126. Nahla Yatim - Mestre em Estudos da Tradução - Professora da UNILA.
127. Natália Francisca Frazão - Mestre em Educação. Professora
128. Nívea Maria Ximenes de Matos - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professora do INES.
129. Nivia Carla Limeira de Sá Bochie Machado - Mestre da Diversidade e Inclusão - Professora do IFRJ.
130. Pâmela do Socorro da Silva Matos - Mestre em Educação - Professora da UFRA.
131. Paulo Sérgio de Jesus Oliveira - Mestre em Educação - Professor da UFU.
132. Priscila Aparecida Moraes Henkemaier Xavier - Mestre em Linguística – Professora da UNEMAT.
133. Priscilla Fonseca Cavalcante - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professora do INES.
134. Priscilla Leonnor Alencar Ferreira - Mestre em Ensino da PPGEn- Professora da UFRB.
135. Priscilla R G de Oliveira - Mestre em Educação e Currículo - Professora de Libras.
136. Rafaela Piekarski Hoebel Lopes dos Santos – Mestre em Educação e Novas Tecnologias – Professora da UNINTER.
137. Raissa Siqueira Tostes - Mestre em Educação Especial - Professora da USP.
138. Raniere Alislan Almeida Cordeiro - Mestre em Linguística - Professor da UFC.
139. Reany de Oliveira - Mestre em Educação - Professor
140. Renata Cristina Fonseca de Rezende - Mestre em Estudos da Tradução – Professora do IFB.
141. Renata Rodrigues de Oliveira Garcia - Mestre em Ciências da Saúde – Professora da UFG.
142. Renata Nogueira Machado - Mestre em Linguística - Professora da UFRN.
143. Renato Jefferson Bezerra Leão Gregório - Mestre em Letras - Professor do UFT.
144. Ricardo Morand Goes - Mestre em Educação e Cultura - Professor da FURG.
145. Rita de Cássia Maestri - Mestre em Educação - Professora da UTFPR.
146. Rivaél Mateus Fabrício - Mestre em Linguística - Professor da UFFS.
147. Roberta Santos Morais Gomes - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professora do INES.
148. Roberto Antonio Alves - Mestre em Educação Escolar - Professor da UTFPR.
149. Rodrigo Augusto Ferreira - Mestre em Letras - Professor da UFT.
150. Rodrigo Nogueira Machado - Mestre em Linguística - Professor da UFC.
151. Roger Lineira Prestes - Mestre em Estudos da Tradução - Professor da UFCA.
152. Rosani Kristircia - Mestre em Linguística – Professora da UFJF.
153. Roselba Gomes de Miranda - Mestre em Letras - Professora do UFT.
154. Rosely Lucas de Oliveira - Mestre de Educação – Professora da UFSJ.
155. Rundesth Saboia Nobre - Mestre em Linguística - Professor de UFC
156. Shirley Vilhalva - Mestre em Linguística - Professora da UFMS.

157. Sibebe Maria Souza - Mestre em Educação - Professora do IFCE.
158. Sílvia Saraiva de França Calixto - Mestre em Linguística – Professora da UFG.
159. Simone Peixoto Gonçalves - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professora do INES.
160. Sílvia Lia Grespan – Mestre em Educação – Professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP.
161. Tathianna Prado Dawes - Mestre em Diversidade e Inclusão - Professora da UFF.
162. Tatiane de Souza - Mestre em Educação - Professora da UPF.
163. Teresa Cristina Leança Soares Alves - Mestre em Educação - Professora da UFSCar - Campus Sorocaba.
164. Thaís Magalhães Abreu - Mestre em Educação Especial - Professora da Unifal.
165. Thiago Ramos de Albuquerque - Mestre em Educação em Ciências e Matemática - Professor da UFPE.
166. Uísis Paula da Silva Gomes - Mestre em Educação na UEPA - Professora da UFPA.
167. Valdo Ribeiro Resende da Nóbrega - Mestre em Linguística – Professor da UFPB.
168. Vanessa Alves de Sousa Lesser – Mestre em Diversidade e Inclusão - Professora do INES.
169. Vanessa de Oliveira Carvalho Morais - Mestre em Educação - Professora da UFC.
170. Vanessa Lima Vidal Machado - Mestre em Estudos da Tradução - Professora da UFC.
171. Vanessa Teixeira de Freitas Nogueira - Mestre em Psicologia – Professora da UNILAB.
172. Victor Hugo Sepulveda da Costa - Mestre em Linguística - Professor da UFSC.
173. Vilmar Fernando Carvalho - Mestre em Linguística - Professor da UTFPR.
174. Vívian Caroline de Freitas Magalhães - Mestre em Linguística - Professora da Unsiba e Bahiana.

175. Wendel de Oliveira - Mestre em Diversidade e Inclusão – Professor da UNIR.



WORLD FEDERATION
OF THE DEAF

**Remarks by Dr. Joseph Murray, President of the World Federation of the Deaf
provided to FENEIS in support of bilingual inclusive education in Brazil.
29 June 2021.**

The WFD is an international non-governmental organisation representing and promoting approximately 70 million deaf people's human rights worldwide. We are a federation of deaf organisations from 129 nations, with the mission of promoting the human rights of deaf people and full, quality and equal access to all spheres of life, including self-determination, sign language, education, employment and community life. The WFD has long had consultative status at the United Nations and is a founding member of the International Disability Alliance.

We would like to give our comment on achieving quality bilingual education for deaf children. First, the education of deaf people should be inclusive. But what is meant by inclusive has not always been clear. The WFD sees that there are numerous definitions of inclusion at the local, national, and international levels, among deaf organizations and disabled peoples organizations, among academic and professionals working in the education sector, and within governments.

This is why the WFD, a founding member of the IDA, joined the International Disability Alliance's Education Flagship Initiative. In 2020, the IDA issued its Inclusive Education Global Report, which outlines the conditions required to build an inclusive education system geared towards providing quality education to all children and youth equitably. This report has a set of 10 recommendations to governments and civil society that are considered essential for the implementation of inclusive education for all learners, including children and youth with disabilities, and including deaf children.

This report shows a clear cross-disability consensus, representing the unified view of the IDA's eight global members and six regional networks, providing us with a way forward to achieving SDG 4 for all learners.

I want to highlight a key point from this report. We must move away from seeing deaf education as a part of special education. Deaf learners do not need special education or special education settings. What we need are sign language settings as part of an inclusive education system. Inclusive education settings have been misunderstood as consisting of placements, often placements in local schools. Research clearly shows that such placements of deaf children in local school settings without deaf peers and without access to teaching in the national sign languages do not provide meaningful education, let alone inclusive education.

And a major component of a successful education for deaf children is for them to be educated alongside others who use their national sign languages.

There currently exist many schools for deaf learners around the world. As of today, not all of these schools can be considered inclusive sign language schools. There are three ways to ensure this can happen in Brazil.



WORLD FEDERATION
OF THE DEAF

First, schools should be truly bilingual or multilingual in their national languages, signed and spoken/written. The WFD has earlier estimated that less than 2% of deaf children have access to a truly multilingual education in their national sign languages. Regardless of the exact number, it is a fact that an exceedingly small percentage of deaf learners have access to teachers who sign fluently and are educated alongside deaf peers and role models. Brazil should ensure all learning environments for deaf children meet these criteria.

Second, while some schools for deaf people follow the national curriculum and provide a quality education, others are stuck in an outmoded special education mindset and deaf learners are not taught up to their full potential. This is wrong. Deaf children can succeed, and must be given every opportunity to succeed. Deaf schools must provide a quality inclusive education that meets national standards. Deaf education should not be of worse quality than the education given to other learners. Schools should be managed by the Ministry of Education and held to the same standards as all other schools in the country. Brazil should ensure all learning environments for deaf children meet these criteria.

Third, deaf schools should be inclusive of all learners. Inclusive means *truly* inclusive for *all* deaf learners. These schools must also be fully inclusive for deaf learners with disabilities. Deaf children with cognitive and physical disabilities (including deaf children on the autism spectrum, deaf children with mobility disabilities, and) and DeafBlind or low-vision deaf children all have the same rights to access inclusive sign language schools. Deaf education must move beyond a special education model. Brazil should ensure all learning environments for deaf children meet these criteria.

The WFD calls upon Brazil to fully commit to their obligation to ensure quality inclusive bilingual sign language education environments for all deaf learners.

These environments must have, at a minimum,

- Congregated settings where deaf children and other children who use sign languages are able to learn alongside each other,
- Trained and qualified teachers who are fully fluent in their national languages, including teachers who are deaf.
- Fully bilingual education settings that are inclusive for deaf children and their families from birth, providing optimal environments for sign language acquisition for deaf children and for their families.

Please see the WFD's Position Paper on Inclusive Education and our Position Paper on the Language Rights of Deaf Children for more information on how to achieve meaningful quality inclusive education for deaf children.

**Considerações do Dr. Joseph Murray, Presidente da Federação Mundial de Surdos
direcionada à FENEIS em apoio à educação bilíngue inclusiva no Brasil. 29 de Junho de 2021.**

Tradução livre: Regina Maria de Souza

Revisão da tradução: Anderson Almeida da Silva

A WFD é uma organização não governamental internacional que representa e promove os direitos humanos para aproximadamente 70 milhões de pessoas surdas em todo o mundo. Somos uma federação formada por organizações de pessoas surdas oriundas de 129 nações, com a missão de promover os direitos humanos das pessoas surdas e o acesso pleno, de qualidade e em igualdade de condições em todas as esferas da vida, incluindo a autodeterminação, as línguas de sinais, educação, emprego e vida em comunidade. A WFD é há tempos um órgão consultivo junto às Nações Unidas e é um membro fundador da *International Disability Alliance - IDA*.

Gostaríamos de manifestar nossa posição em relação ao direito sobre uma educação bilíngue de qualidade para crianças surdas. Primeiro, a educação das pessoas surdas deve ser inclusiva. Mas o que queremos dizer com inclusiva não tem ficado muito claro. A WFD compreende que existam inúmeras definições de inclusão, seja a nível local, nacional, internacional, entre as organizações de surdos e organizações para pessoas com deficiência, entre acadêmicos e profissionais que trabalham no setor da educação e nos governos. É por isso que a WFD, enquanto membro fundador da IDA, aderiu às iniciativas pioneiras da *International Disability Alliance* em relação à Educação.

Em 2020, a IDA publicou o seu *Relatório Global sobre a Educação Inclusiva*, em que descreve as condições necessárias para que seja construído um sistema de educação inclusivo que esteja orientado a proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens de forma equitativa. Este relatório inclui um conjunto de 10 recomendações que são consideradas essenciais aos governos e à sociedade civil para a implementação de uma educação inclusiva para todos os alunos, incluindo as crianças e os jovens com deficiência, assim como as crianças surdas. Este relatório é fruto de um claro consenso entre pessoas com as mais variadas deficiências, e por isso é um documento que representa uma visão unificada dos oito membros globais da IDA e das seis representações regionais, proporcionando-nos uma maneira de alcançar a meta 4 dos SDGs ⁴ para todos os estudantes. Gostaria de destacar um ponto

¹ Nota da tradutora: Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDG) envolvem o projeto de garantir um futuro melhor e mais sustentável para todos. Abordam os desafios globais que enfrentamos, incluindo a pobreza, a desigualdade, as alterações climáticas, a degradação ambiental, a paz e a justiça. A educação permite a mobilidade socioeconómica ascendente e é uma chave para escapar à pobreza. O SDG4 refere-se às metas relacionadas com a Educação especificamente

“Durante a última década, foram feitos grandes progressos no sentido de aumentar o acesso à educação e as taxas de matrícula escolar em todos os níveis, particularmente para jovens. No entanto, cerca de 260 milhões de crianças estavam ainda fora da escola em 2018 - quase um quinto da população mundial nesse estágio. E mais de metade de todas as crianças e adolescentes em todo o mundo não estão a cumprir os padrões mínimos de proficiência em leitura e matemática.

Em 2020, à medida que a pandemia da COVID-19 se espalhou pelo globo, a maioria dos países anunciou o encerramento temporário de escolas, com impacto em mais de 91% dos estudantes em todo o mundo. Em Abril de 2020, cerca de 1,6 mil milhões de crianças e jovens estavam fora da escola. E quase 369

importante deste relatório. O que diz que devemos nos afastar da visão que insere a educação de surdos como parte da educação especial.

Os alunos surdos não necessitam de educação especial ou de contextos especializados de educação. O que precisamos é de um sistema educacional inclusivo em que as línguas de sinais sejam parte dele. A configuração da educação inclusiva têm sido mal compreendida como aquela que garante as matrículas, principalmente nas escolas locais. As pesquisas mostram claramente que tais alocações de crianças surdas em escolas locais sem seus pares surdos e sem o acesso ao ensino realizado na língua de sinais nacional não consegue promover uma educação significativa, muito menos uma educação inclusiva. E o principal componente para se ter uma educação bem sucedida de crianças surdas é que elas sejam educadas ao lado de outras que utilizam a língua de sinais do seu país. Existem atualmente muitas escolas para alunos surdos em todo o mundo. A partir de hoje, nem todas estas escolas podem ser consideradas escolas inclusivas em língua de sinais. Há três maneiras de garantir que isto possa acontecer no Brasil.

Em primeiro lugar, as escolas devem ser verdadeiramente bilíngues ou multilíngues nas suas línguas nacionais, sinalizadas e faladas/escritas. A WFD estimou anteriormente que menos de 2% das crianças surdas têm acesso a uma educação verdadeiramente multilíngue nas línguas de sinais do seu país. Independentemente dos números exatos, é extremamente pequena a porcentagem de alunos surdos que tiveram acesso a professores que sinalizem fluentemente ou que tenham sido educados convivendo com surdos modelos ou colegas surdos. O Brasil deve assegurar que todos os ambientes de aprendizagem para crianças surdas satisfaçam estes critérios.

Em segundo lugar, enquanto algumas escolas para surdos seguem o currículo nacional e proporcionam uma educação de qualidade, outras estão presas a uma mentalidade de educação especial antiquada que não estimula o potencial máximo que pode ser atingido pelos alunos surdos. Isto está errado. As crianças surdas podem ter sucesso, e todas as oportunidades devem ser-lhes dadas para elas sejam bem sucedidas. As escolas de surdos devem proporcionar uma educação inclusiva de qualidade que alcance o padrão estabelecido nacionalmente. A educação dos surdos não deve ser pior, em qualidade, do que a educação dada a outros alunos. As escolas [de surdos] devem ser geridas pelo Ministério da Educação e mantidas nos mesmos padrões de todas as outras escolas do país. O Brasil deve assegurar que todos os ambientes de aprendizagem para crianças surdas satisfaçam estes critérios.

Em terceiro lugar, as escolas para surdos devem ser inclusivas para todos os alunos. Inclusiva significa *verdadeiramente* inclusiva para *todos* os alunos surdos. Estas escolas também devem ser completamente inclusivas para os alunos surdos com outras deficiências. As crianças surdas com deficiências cognitivas e físicas (incluindo crianças surdas com espectro do autismo,

milhões de crianças que dependem das refeições escolares precisaram procurar outras fontes de nutrição diária.

Nunca antes tantas crianças estiveram fora da escola ao mesmo tempo, afetando negativamente o processo de aprendizagem e levando à morte de muitos, especialmente as mais vulneráveis e marginalizadas. A pandemia global tem consequências de grande alcance que podem comprometer os ganhos duramente obtidos na melhoria da educação global.”

Disponível em: < <https://www.un.org/sustainabledevelopment/education/>>

crianças surdas com déficits de mobilidade, etc.) e as crianças surdo-cegas ou surdas de baixa visão têm, todas elas, os mesmos direitos de acesso a escolas inclusivas em língua de sinais. A educação dos surdos deve ir além de um modelo de educação especial. O Brasil deve assegurar que todos os ambientes de aprendizagem para crianças surdas satisfaçam estes critérios. A WFD apela para que o Brasil se comprometa plenamente com a sua obrigação de garantir uma educação bilíngue em língua de sinais em um ambiente inclusivo de qualidade para todos os alunos surdos.

Estes ambientes devem ter, no mínimo,

- Espaços congregados em que crianças surdas e outras crianças usuárias de línguas de sinais possam aprender convivendo umas com as outras,
- Professores formados e qualificados que sejam totalmente fluentes nas línguas do seu país, incluindo professores que sejam surdos.
- Um espaço educacional completamente bilíngue que seja inclusivo para crianças surdas e suas famílias desde o nascimento, proporcionando ambientes ideais para a aquisição da língua de sinais pelas crianças surdas e por suas famílias.

Para mais informações sobre como alcançar uma educação inclusiva de qualidade significativa para crianças surdas, por favor, consulte o “Documento com a posição oficial da WFD sobre Educação Inclusiva” e o “Documento sobre a nossa posição sobre os Direitos Linguísticos das Crianças Surdas”.